

REVISTA

ELETRÔNICA DA SEMEDE
PALMEIRA DOS ÍNDIOS

ISSN: 2763-7557

V. 3 n. 1. 2024, Fevereiro a julho de 2024.

ENTRE SABERES, PRÁTICAS E AÇÕES



PREFEITURA MUNICIPAL DE
**PALMEIRA
DOS ÍNDIOS**
NOVOS TEMPOS, UMA NOVA PALMEIRA!

SECRETARIA
MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO

EQUIPE GESTORA DA REDE

Júlio Cezar da Silva
Prefeito de Palmeira dos Índios

Márcio Henrique de Carvalho Lima
Vice-prefeito de Palmeira dos Índios

Renilda Pereira de Oliveira Ribeiro
Secretária Municipal de Educação de Palmeira dos Índios

Ana Maria Alexandre de Holanda
Secretária Adjunta

Josefa Joelma Tenório Toledo
Diretora de Gestão Pedagógica

EQUIPE ORGANIZADORA DA REVISTA

Profa. Dra. Elba Siqueira Gomes da Fonseca
Técnica Pedagógica da SEMEDE - Palmeira dos Índios

Prof. Dr. Jardiel Marcos Santos da Silva
Técnico Pedagógico da SEMEDE - Palmeira dos Índios

Profa. Dra. Natércia de Andrade Lopes Neta
Professora Adjunta da UNEAL - Palmeira dos Índios

CONSELHO EDITORIAL

Adriana Carla de Oliveira Lopes
Alison Douglas Lima Da Silva
Ana Paula Mendes Correia Couceiro Figueira
Antonio Miguel Barros Tenório Varjão dos Santos
Brunemberg da Silva Soares
Diogo Meurer de Souza Castro
Diogo Pinheiro da Silva
Ediel Azevedo Guerra
Eduardo Leite Oliveira dos Santos
Fátima Maria Leite Cruz
Fernanda Karina Souto Maior De Melo
Gleica Maria Correia Martins
Heloísa Helena Figueredo Alves
Isabela Macena dos Santos
Jalon Nunes de Farias
Janimara Marques Da Silva
Jardiel Marcos Santos da Silva
Jevison Cesário Santa Cruz
Jine Kácia de Lucena Monteiro Calado
Joana Rodrigues dos Santos
João Fernando Costa Júnior
Joaquim Luís Medeiros Alcoforado
José Adelson Lopes Peixoto
Larissa Ferreira Ferro
Lidiany Bezerra Silva de Azevedo
Maria Aparecida de Moura Amorim Sousa
Michelle Beltrão Soares
Natércia de Andrade Lopes Neta
Nathaly Costa de Aquino Carlos
Presleyson Plínio de Lima
Raimundo Tadeu Quadros Da Rocha
Silvio Nunes da Silva Júnior
Viviane de Bona

APRESENTAÇÃO

Explorando as Linguagens: Um Olhar Interdisciplinar

Caros leitores,

É com grande entusiasmo que apresentamos a vocês a mais recente edição da nossa revista, dedicada ao estudo e à reflexão sobre diversas formas de linguagem que permeiam nossa sociedade. Em um mundo cada vez mais interligado e diversificado, a compreensão e o manejo adequado das linguagens se revelam não apenas como habilidades fundamentais, mas como ferramentas essenciais para a inclusão, a educação e o desenvolvimento pessoal e social.

Nesta edição, dividida em quatro capítulos, exploraremos temas que abrangem desde a literatura e sua relação com o ensino até questões contemporâneas de inclusão social e ética educacional. Cada capítulo não apenas oferece uma perspectiva única sobre seu tema, mas também promove uma abordagem interdisciplinar, integrando conhecimentos das áreas de História, Educação Física e Biologia para enriquecer nossa compreensão.

No Capítulo 1, “Literatura e Ensino: A Importância da Leitura Literária para a Formação dos Estudantes dos Anos Finais do Ensino Fundamental”, exploraremos como a literatura pode transformar a experiência educacional dos alunos, promovendo não apenas o desenvolvimento linguístico, mas também a empatia, a criatividade e a capacidade crítica.

No Capítulo 2, “A Língua Brasileira de Sinais como Inclusão Social dos Surdos no Sistema Educacional”, analisaremos como a LIBRAS desempenha um papel crucial na inclusão dos surdos, não apenas como meio de comunicação, mas como uma afirmação de identidade e um direito fundamental no ambiente educacional.

Já no Capítulo 3, “Ações da Gestão Escolar no Ensino de Literatura”, investigaremos o papel da gestão escolar na promoção de práticas educacionais que incentivem o amor pela literatura, discutindo estratégias eficazes para integrar a literatura ao currículo escolar de maneira significativa.

Concluindo esta Edição, no Capítulo 4, intitulado “Animais Maltratados, o que Podemos Fazer? Um Relato de Experiência em Escola da Rede Estadual de Ensino”, compartilharemos um relato inspirador sobre como disciplinas como História, Educação Física e Biologia podem se unir para educar alunos sobre questões éticas, promovendo uma conscientização profunda sobre o bem-estar animal e as responsabilidades sociais, fazendo com que a Escola crie um ambiente de respeito a todos os seres vivos, e exercite a *linguagem do amor*.

Esperamos que esta edição não apenas informe, mas também inspire vocês, nossos leitores, a refletirem e agirem em prol de uma educação mais inclusiva, ética e enriquecedora. Agradecemos a todos os colaboradores e especialistas que contribuíram para tornar este projeto uma realidade.

Boa leitura!

Atenciosamente,

Profa Dra Natércia de Andrade Lopes Neta

<https://palmeiradosindios.al.gov.br/entresaberespraticaseacoes/>

LITERATURA E ENSINO: A IMPORTÂNCIA DA LEITURA LITERÁRIA PARA A FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Jine Kácia de Lucena Monteiro Calado¹

Resumo

Este trabalho tem por escopo discutir acerca do lugar e da necessidade do ensino de literatura na educação básica, assim como questionar o atual contexto desse ensino. De cunho bibliográfico, a discussão pauta-se no documento mais recente que rege a educação no país, Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no que diz respeito ao trabalho com o texto literário em sala de aula, assim como, principalmente, nas considerações de Candido (1989) sobre do direito de todos à literatura, de Leite (1999), Lajolo (2004), Perrone-Moisés (2006) e Coelho (2008) acerca dos desdobramentos pedagógicos com o texto literário em sala de aula. Como resultado percebemos que a Literatura é um elemento indispensável à formação dos estudantes, e defendemos que o texto literário deve estar presente na sala de aula, não como pretexto para o ensino de gramática, tampouco considerado apenas em seus elementos históricos, mas como objeto de estudo, como matéria-prima, viva e dinâmica.

Palavras-chave: Literatura. Leitura. BNCC.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo compreende que o ensino de literatura é de suma importância para a formação humana e acadêmica do sujeito, de forma que, por meio do texto literário, deve-se objetivar a formação de leitores críticos e reflexivos, buscando valorizar o aluno enquanto sujeito ativo, que se aproprie de seu próprio

¹ Professora de Língua Portuguesa da Rede Municipal de Palmeira dos Índios e da Rede Estadual de Alagoas, graduada em Letras pela Universidade de Pernambuco; especialista em Ensino de Língua Portuguesa e suas Literaturas, Mestra em Letras – UPE. jinekacimaonteiro@gmail.com

<https://palmeiradosindios.al.gov.br/entresaberespraticaseacoes/>

conhecimento através de interações com o objeto de estudo: o texto literário; e assim possa formar e transformar o mundo à sua volta, pois, como sugere Coelho:

[...] a Literatura, em suas diferentes formas de manifestação, vem sendo redescoberta, nestes últimos anos, como o grande “agente de formação” ou “transformação de mentes”. Não se trata apenas de mais uma “moda”, mas sim de um projeto que visa formar/transformar “mentalidades”, ou “modos de ver, conhecer e interpretar” o mundo- hoje, em acelerado processo de metamorfose. (2008, p.77)

O presente artigo compreende que o ensino de literatura é de suma importância para a formação humana e acadêmica do sujeito, de forma que, por meio do texto literário, deve-se objetivar a formação de leitores críticos e reflexivos, buscando valorizar o aluno enquanto sujeito ativo, que se aproprie de seu próprio conhecimento através de interações com o objeto de estudo: o texto literário, e assim possa formar e transformar o mundo à sua volta, pois, como sugere Coelho:

[...] a Literatura, em suas diferentes formas de manifestação, vem sendo redescoberta, nestes últimos anos, como o grande “agente de formação” ou “transformação de mentes”. Não se trata apenas de mais uma “moda”, mas sim de um projeto que visa formar/transformar “mentalidades”, ou “modos de ver, conhecer e interpretar” o mundo- hoje, em acelerado processo de metamorfose. (2008, p.77)

Dessa forma, o corrente trabalho tem por escopo discutir acerca do lugar da necessidade do ensino de literatura na educação básica, assim como questionar o atual contexto desse ensino. De cunho bibliográfico, a discussão pauta-se no documento mais recente que rege a educação no país, Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no que diz respeito ao trabalho com o texto literário em sala de aula, assim como, principalmente, nas considerações de Candido (1989) sobre do direito de todos à literatura, de Leite (1999), Lajolo (2004), Perrone-Moisés (2006) e Coelho (2008) acerca dos desdobramentos pedagógicos com o texto literário em sala de aula.

<https://palmeiradosindios.al.gov.br/entresaberespraticaseacoes/>

Nesse sentido, esperamos que esta leitura fomente a discussão acerca da necessidade de haver um fazer pedagógico que traga o texto literário à sala de aula, centrado também no processo de leitura, enfatizando o incentivo à leitura literária.

2 O ENSINO DE LITERATURA: UM PASSADO PRESENTE

É válido salientar que o ensino de literatura perpassa a história da sociedade moderna. No Brasil, o primeiro contato com a literatura de que temos notícia dá-se com aquela utilizada pelos padres jesuítas durante o período colonial, que tinha por finalidade catequizar os povos indígenas que aqui viviam, isto é, impor uma cultura dominante, exercer o controle europeu sobre uma cultura indígena.

Ademais, o ensino de literatura passou por mudanças, mas a ideia de que ele necessita de uma função conteudista ou que sirva exclusivamente como pretexto para discussão de valores e morais sociais permanece, ou seja, há uma preocupação demasiada com a utilidade do texto literário. À vista disso, a literatura é compreendida como método educativo e parece estar nas escolas brasileiras como um mero instrumento pedagógico, e trata-la desta forma é negar o que sugere Candido (2002, p.83) “a literatura, como a vida, ensina na medida em que atua como toda a sua gama, é artificial querer que ela funcione como os manuais de virtude e boa conduta”, e por consequência é negligenciar o direito e benefícios que esta oferece.

Nesse sentido, Perrone-Moisés (2006) comenta o desaparecimento do ensino da literatura na educação básica, desde sua substituição até uma análise dos documentos do Ministério de Educação brasileiro, nos quais a autora chama atenção para a raridade com que a literatura é mencionada, e quando isso acontece é tido como “uma das diversas formas de texto” (p.23). Assim, minimiza-se o fato de o texto literário não ser um objeto fixo na história, dado em um momento analítico, que sirva como uma ponte para um estudo histórico - não que esse não seja importante, mas não pode ser o único fim.

<https://palmeiradosindios.al.gov.br/entresaberespraticaseacoes/>

Em 2017, com a Base Nacional Comum Curricular, documento normativo que orienta e define o que é essencial à aprendizagem de todos os alunos ao longo da Educação Básica, são apresentadas as competências gerais que a educação básica deve desenvolver nos alunos, dentre elas, e ainda aquelas que são próprias de cada área de conhecimento. Destacamos a competência 9 do componente curricular de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental, que ao tratar do ensino de literatura, recomenda que o aluno deve:

Envolver-se em práticas de leitura literária que possibilitem o desenvolvimento do senso estético para fruição, valorizando a literatura e outras manifestações artístico-culturais como formas de acesso às dimensões lúdicas, de imaginário e encantamento, reconhecendo o potencial transformador e humanizador da experiência com a literatura. (BRASIL, 2017, p.87)

Nesse sentido, contemplamos o reconhecimento da necessidade de modificar o ensino de literatura, que historicamente enfrentou desafios, com a prática das escolas em utilizar o texto literário a partir de perguntas vagas, como o que o texto/autor quis dizer ou ainda para o estudo da gramática para disseminar um conceito de norma culta, tal prática exclui a interação entre leitor e texto, priva a construção de sentidos, assim “o papel formador tem sido confundido com um papel normativo” (OSAKABE, 2011, p.30).

Atitudes como essas, impedem a contribuição da literatura para a formação de leitores críticos e sensíveis, que utilize experiências sociais já vivenciadas anteriormente, e adotem uma postura crítica quanto ao contexto sociocultural em que se encontra, inferindo, manuseando informações e reinventando-as. Além disso, no tocante ao caráter humanizador e ao mesmo transformador da literatura, torna-se imprescindível admitir a crucialidade do ensino de literatura na educação básica, uma vez que, através da leitura literária, o aluno-leitor compreende suas necessidades, tornando-se apto a reconhecer diálogos existentes a sociedade que o rodeia e o que está lendo.

<https://palmeiradosindios.al.gov.br/entresaberespraticaseacoes/>

No entanto, mesmo diante de tantos benefícios, torna-se válido ressaltar que ensino de literatura, que deveria contribuir para a formação social dos educandos nos anos finais do ensino fundamental, tem sido incoerente ao seu propósito, uma vez que o texto literário, muitas vezes, é utilizado como pretexto para visualizar regras gramaticais ou para preencher fichas literárias. Tal realidade pedagógica inviabiliza uma prática eficaz que busque, além de cumprir o elencado nos documentos oficiais, também formar leitores competentes e propagar o gosto pela leitura.

3 A IMPORTÂNCIA DA LEITURA LITERÁRIA PARA A FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Afirmar que a leitura é crucial para a vida em sociedade e que é dever da escola ensiná-la trata-se de algo já conhecido por todos. Assim, para compreendermos a importância da leitura literária, é necessário revisitarmos a concepção de leitura defendida Parâmetros Curriculares Nacionais (PNC) para o ensino de língua portuguesa:

A leitura é o processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de compreensão e interpretação do texto, a partir de seus objetivos, de seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor, de tudo o que sabe sobre a linguagem etc. Não se trata de extrair informação, descodificando letra por letra, palavra por palavra. Trata-se de uma atividade que implica estratégias de seleção, antecipação, inferência e verificação, sem as quais não é possível proficiência. É o uso desses procedimentos que possibilita controlar o que vai sendo lido, permitindo tomar decisões diante de dificuldades de compreensão, avançar na busca de esclarecimentos, validar no texto suposições feitas. (PCN, 1998, p. 69-70)

Dessa forma, compreende-se que é durante a atividade de leitura que o leitor, o aluno, será capaz de compreender o seu lugar social e os valores de sua comunidade, intensificando suas vivências, ao passo que a leitura propicia a produção de sentido, de forma que o sujeito possa exercer o domínio sobre o que lê, possibilitando a tomada de decisões, ou seja, ele se torne um sujeito agente.

<https://palmeiradosindios.al.gov.br/entresaberespraticaseacoes/>

Nesse sentido, entendemos que é no ensino fundamental que se formam leitores, oportunizando assim interações, significativas com o registro escrito da cultura e proporcionando a fruição do texto. Dessa forma, a leitura literária pode ser vista como um importante exercício de liberdade, que se constitui por meio da linguagem e responde a demandas subjetivas, podendo proporcionar, ao mesmo tempo, satisfação pessoal e conhecimento do mundo, pois, como menciona Cândido (2002) a literatura pode ensinar ao passo que opera, podendo humanizar numa concepção profunda.

Nessa acepção, compreendemos que a função primeira da literatura é formar e transformar a vida do aluno, possibilitando escolhas através de vieses que só a leitura de um texto literário pode ofertar. Nesse contexto, podemos conceber o texto literário como a matéria prima essencial ao cotidiano escolar, pois é através dele que o sujeito pode se transformar intimamente, podendo ser sensibilizado, fomentando a sua criticidade diante das diversidades do mundo.

Ainda sob perspectiva do caráter humanizador da literatura, Cândido (1995, p.178) explana qual seria a função da literatura:

A função da literatura está ligada à complexidade da sua natureza, que explica inclusive o papel contraditório, mas humanizador (talvez humanizador porque contraditório). Analisando-a, podemos distinguir pelo menos três faces:

- (1) ela é uma construção de objetos autônomos como estrutura e significado;
- (2) ela é uma forma de expressão, isto é, manifesta emoções e a visão do mundo dos indivíduos e dos grupos;
- (3) ela é uma forma de conhecimento, inclusive como incorporação difusa e inconsciente.

Em qualquer circunstância, o compromisso com a formação de leitores literários exige que o texto literário seja objetivo de estudo, uma vez que, é por meio do contato direto com a literatura que se vai, de fato, aprender-se a ler literatura, conhecendo seus aspectos estruturais, entendendo-a como forma de manifestação de emoções, como espaço de (auto) conhecimento.

<https://palmeiradosindios.al.gov.br/entresaberespraticaseacoes/>

No entanto, não se defende aqui a literatura deva caminhar por vias diferentes do ensino de língua portuguesa, tampouco que uma não contribui para o ensino da outra, pois, como propõe Leite (1999, p.18) “o material com que trabalha a literatura é fundamentalmente a palavra e que, portanto, estudar literatura também é estudar língua e vice-versa.” Dessa forma, o ensino de uma não anula a outra, mas deve acontecer de forma mútua, pois como ainda comosugere a autora:

[...] os falantes de uma língua só podem atribuir significado a frases nesta língua por compartilharem de sua gramática, os leitores de literatura só podem atribuir significado literário às obras que leem porque compartilham certas atitudes, habilidades, normas, expectativas e conhecimentos que respondem pelo sentido literário de um determinado texto. (1997, p.94)

Consoante a essa ideia, Lajolo (2005, p.96) acresce também que o ensino de literatura tem tornado a prática da leitura uma “atividade sem significado (além de um cumprimento de um programa) e quase sempre tão mecânica quanto o ensino dos rios que constituem a bacia amazônica”, isso nos permite inferir que há negação da construção de sentidos que se dá na interaçãoentre autor-texto-leitor. A autora defende que a literatura consente ao leitor reconhecer-se em relação ao texto, e isso só é possível quando há, de fato, a interação.

Nesse sentido, Coelho (2008, p.78) afirma que “que podemos entender a Literatura como ‘um olhar aberto para o mundo’, mas que interage com esse mundo, através de uma experiência interior”. No entanto, é válido salientar que há uma grande diferença entre “ser obrigado” e “ter despertado o interesse para”.Assim, se alguém nos diz que temos que ler um, dois ou cinco livros durante um curto período de tempo, mesmo que possamos escolher a partir de uma lista predefinida, o aluno pode se sentir “obrigado” a realizar essa leitura, pois “é só nas leituras desinteressadas que pode acontecer deparar-se com aquele que setorna o ‘seu’ livro” (CALVINO, 1991, p.13). Todavia, se esta proposta de leitura literária conseguir mostrar um sentido, a obrigação desaparece para dar lugar ao desafio do conhecimento, da fruição, de interação entre leitor e o texto literário.

<https://palmeiradosindios.al.gov.br/entresaberespraticaseacoes/>

Nesse aspecto, mais uma vez cabe mencionar a BNCC, quando chama atenção para a importância da leitura do texto literário no ensino fundamental:

Em relação à literatura, a leitura do texto literário, que ocupa o centro do trabalho no Ensino Fundamental, deve permanecer nuclear também no Ensino Médio. Por força de certa simplificação didática, as biografias de autores, as características de épocas, os resumos e outros gêneros artísticos substitutivos, como o cinema e as HQs, têm relegado o texto literário a um plano secundário do ensino. Assim, é importante não só (re)colocá-lo como ponto de partida para o trabalho com a literatura, como intensificar seu convívio com os estudantes. (BRASIL, 2017, p.499)

Assim, à escola cabe proporcionar a prática de leitura do texto literário, a fim de que o ensino de literatura deixe de ser amortizado à transmissão de valores morais, e possa ser redescoberto pelos alunos, deixando de ser compreendido como uma leitura obrigatória, cansativa. Nessa perspectiva, Coelho (2008) afirma que:

É o contato, a interação mínima do eu com a palavra escrita, com o texto, que o leva a desenvolver aquilo que o define como ser humano: a sua própria expressão verbal, sua fala, sua linguagem, sua própria palavra, sem a qual não há nenhuma relação profunda entre o eu e os outros que o rodeiam. (2008, p.78)

Dessa forma, o texto literário apresenta, em sua própria construção, a arte da leitura, provocando um processo de reflexão na qual o sujeito leito passa a ser agente, na medida em que a interação do leitor com a palavra ocorre, e é neste processo interativo o aluno atribui sentidos ao que lê. Assim, o texto literário é capaz de formar e transformar, possuindo assim um “papel formador da personalidade” (CANDIDO, 1995, p.178).

METODOLOGIA

O presente trabalho consiste em uma produção descritiva, de natureza qualitativa e bibliográfica, já que a análise se realizou em diversas fontes de pesquisas como conteúdo de livros, artigos científicos, sites, dissertações, teses e bibliográficas virtuais.

<https://palmeiradosindios.al.gov.br/entresaberespraticaseacoes/>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conceber o ensino de literatura como crucial para a formação do estudante do ensino fundamental trata-se de uma necessidade urgente das escolas, visto que a literatura deveria ser tida como um importante instrumento de fruição, de formação social e pessoal.

Dessa maneira, entendemos que a formação de um sujeito não pode ser promovida apenas pelo fato dele estar na escola, uma vez outros fatores podem contribuir para seu desenvolvimento pleno, integral. Como elemento indispensável à formação dos estudantes, destacamos a literatura, defendendo que o texto literário deve estar presente na sala de aula, não como pretexto para o ensino de gramática, tampouco considerado apenas em seus elementos históricos, mas como objeto de estudo, como matéria-prima, viva e dinâmica.

Em suma, pautamos aqui a importância do ensino literário no ensino fundamental que esteja além da superficialidade do texto, que possa promover e fomentar a criticidade, mas também a sensibilidade dos alunos, seu imaginário, seu crescimento intelectual, para que assumam a posição de sujeitos autônomos de sua formação.

Referências

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Consulta Pública. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2015. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sit_e.pdf Acesso em: 27 de dezembro de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa**. Ensino fundamental. Brasília, 1998.

CALVINO, Italo. **Por que ler os clássicos?** Tradução, O Nilson Moulin. – São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

<https://palmeiradosindios.al.gov.br/entresaberespraticaseacoes/>

CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. IN: DANTAS, V.(Org.) **Textos de Intervenção**. São Paulo: Duas Cidades Ed 34, 2002, p.77-82.

_____ O direito à literatura. In: **Vários Escritos**. 5ª edição, São Paulo: Ouro sobreAzul, 2012,p. 171-193.

_____ Literatura de dois gumes. IN: **A educação pela noite e outros ensaios**.São Paulo: Ática, 1989.

COELHO, Nelly Novaes. A massificação do ensino - a crise dos métodos e a literatura In.: SILVA, Agnaldo R. da. (Org.). **DIÁLOGOS LITERÁRIOS - LITERATURA, COMPARATIVISMO E ENSINO**. Cotia-SP. Ateliê Editorial, 2009, p.71-79.

LAJOLO, Marisa. Leitura-literatura: mais do que uma rima, menos do que uma solução. In: ZILBERMAN, Regina e SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Leitura: perspectivas interdisciplinares**. 5.ed. São Paulo: Ática, 2004. p. 87-99.

LEITE, Ligia. Chiappini. de Moraes. Gramática e literatura: desencontros e esperanças. In: GERALDI, J. W. (Org.). **O texto na sala de aula**. São Paulo: Ática, 1999.

MAGNANI, Maria do Rosário Mortatti. **Leitura, Literatura e Escola** – sobre a formação do gosto.SP, Martins Pontes, 2001, p.5-43.

PERRONE-MOISÉS, L. Literatura para todos. **Literatura e Sociedade**, v. 11, n. 9, p. 16-29, 6 dez. 2006.

<https://palmeiradosindios.al.gov.br/entresaberespraticaseacoes/>

A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS COMO INCLUSÃO SOCIAL DOS SURDOS NO SISTEMA EDUCACIONAL

Willams Ferreira Araujo¹

Eduardo Leite Oliveira dos Santos²

Resumo

A presente pesquisa tem por objetivo refletir acerca das contribuições da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como inclusão social dos surdos no contexto escolar. Tal inclusão é assegurada pela lei 10.436/02 e pelo decreto 5.626/05 que além de institucionalizar a Libras como língua oficial dos surdos brasileiros, garante uma educação bilíngue para eles. Esta pesquisa está amparada nos autores: De Paula (2003), Lacerda (2006), Luz (2003), dentre outros e se configura como estudo de cunho bibliográfico centrada nos autores referenciados.

Palavras-chave: Libras. Contexto Escolar. Inclusão.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa busca refletir acerca da contribuição da Língua Brasileira de Sinais na inclusão social dos surdos no contexto escolar. Para tanto, é necessário conhecer alguns aspectos da Libras para entendermos melhor o funcionamento dessa língua levando em consideração o contexto, a comunidade e a cultura destes indivíduos.

¹ Licenciado em Letras – Português pela Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, campus III – Palmeira dos Índios. Especialista em Linguagem e Ensino pela mesma universidade. Professor de Língua Portuguesa da Rede Municipal de Maribondo – AL. E-mail: willamsferreira@hotmail.com

² Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Graduado em Letras - Português e em Pedagogia. Especialização em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Literatura e Gestão Escolar. Professor de Língua Portuguesa da Rede Municipal de Educação de Palmeira dos Índios. Atualmente na função de Articulador de Ensino do Programa Escola 10 na Escola Municipal Professor Douglas Apratto Tenório. E-mail.: eduardo.santos586@gmail.com

<https://palmeiradosindios.al.gov.br/entresaberespraticaseacoes/>

A pesquisa está dividida em alguns temas relevantes que são refletidos ao longo do estudo, a saber: surdez, a importância da aquisição da linguagem em língua de sinais, ensino da língua portuguesa para os surdos, inclusão escolar do surdo com vistas no amparo legal e o aluno surdo em seu contexto escolar.

A inclusão do surdo no ambiente escolar está assegurada pela lei 10.436/02 e pelo decreto 5626/05 que garante acesso a uma educação bilíngue para esses alunos. Ademais, a Libras ainda é pouco difundida nas escolas, visto que, o número de profissionais na área é insuficiente para atender a demanda.

Nesta perspectiva, há uma necessidade de ampliar e aprofundar essa discussão pelo fato de que muitas vezes o processo de inclusão dos surdos na escola acontece de forma “integrativa” tanto pelo fato de não ter um profissional que se comunique em Libras com ele e o alfabetize em sua língua materna, como também, o surdo pode se sentir “excluído” por conta de não conseguir se inserir na cultura dos ouvintes.

Cabe lembrar que a Libras é uma língua viso-gestual. É através desta língua que os surdos se apropriam dos sinais para tecer sua construção linguística no ato da comunicação. Dessa maneira, assim como qualquer outra língua, a Libras possui suas variações, pois é viva e dinâmica e apresenta sua própria gramática.

Durante muito tempo a educação dos surdos se baseou no oralismo, eles eram tachados como preguiçosos e imbecis. Naquela época, o objetivo de educar os surdos era fazer com que eles aprendessem a linguagem oral. Depois de muito sofrimento e luta os surdos tiveram seus direitos garantidos por lei e que instituem a Libras como língua oficial dos surdos.

DESENVOLVIMENTO

SURDEZ

A Surdez é uma deficiência auditiva que tanto pode ser congênita como também adquirida. A surdez congênita acontece durante a gestação, ou seja, a criança já nasce surda. Nestes casos, a surdez se dar por medicamentos tomados pela mãe, por doenças e infecções adquiridas durante o período de gestação, entre outras causas.

<https://palmeiradosindios.al.gov.br/entresaberespraticaseacoes/>

Por outro lado, a surdez adquirida que pode acontecer por uma predisposição genética, traumatismo ou doença que afete o órgão responsável pela audição, ou seja, o ouvido. Além disso, a causa determina o tipo de surdez que pode ser classificada em três tipos: surdez de condução, isto é, algo que esteja bloqueando a passagem do som pelo ouvido interno no qual afeta diretamente o ouvido externo e médio. Isso pode ocorrer, por exemplo, pelo excesso de cera no ouvido. Nestes casos, geralmente, a surdez pode ser tratada.

Temos a surdez neurossensorial onde o som não é processado e transmitido ao cérebro devido à degeneração das células auditivas. Outrossim, a surdez central faz parte do processo natural do corpo e ocorre na medida em que envelhecemos.

De acordo com o censo de 2010 do IBGE cerca de 9,7 milhões de brasileiros possuem perda auditiva. Destes, 2 milhões são classificados com a surdez classificada como severa onde há uma perda entre 70 e 90 decibéis (dB) sendo que 1 milhão são jovens de até 19 anos.

O nível da surdez é medido por uma escala de dB (decibéis) que é uma escala utilizada para medir o nível do som. Assim, a classificação da surdez pode ser leve onde a perda auditiva é de até 40 dB, moderada onde a perda é entre 40 e 70 dB, a severa entre 70 e 90 dB e a profunda onde a perda ultrapassa 90 dB.

A IMPORTANCIA DA AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

Abordar questões relacionadas aos surdos, como por exemplo, a língua de sinais, aquisição da linguagem por surdos ou até mesmo sobre a comunidade surda e entre outros assuntos que permeiam a vida dos surdos, é imprescindível não lembrarmos o seu percurso histórico.

Sendo assim, com intuito de compreendermos a importância da aquisição da linguagem em língua de sinais para a construção dos surdos, consideramos relevante fazermos um breve resgate histórico da trajetória dos surdos. Sabe-se que os surdos ao longo dos séculos foram cruelmente excluídos da sociedade por serem diferente da maioria, evidentemente, pelo fato de não se comunicar pela linguagem oral.

<https://palmeiradosindios.al.gov.br/entresaberespraticaseacoes/>

Neste íterim, observa-se a necessidade do desenvolvimento na educação de surdos mediada pela língua de sinais, principalmente em relação às crianças surdas, pois o papel da família é fundamental para que estas possam iniciar o seu processo de aprendizagem na língua de sinais o mais rápido possível, visando à diminuição nos danos ocasionados pela ausência da linguagem.

O ser humano é social, necessita viver em comunidade e estabelecer relações interpessoais. Nesta perspectiva, a linguagem é o que nos torna humanos, ela é que comanda o desenvolvimento da mente. A linguagem humana não depende da fala nem da audição é um fenômeno mental.

Partindo dessa ideia, podemos produzir linguagem através de gestos, mímicas e/ou até mesmo outros signos convencionais. Nas crianças surdas, a linguagem surge naturalmente mesmo que elas não tenham falado ou ouvido, pois apesar disso, elas conseguem se comunicar através de gestos.

Não é à toa que “as línguas de sinais são línguas naturais tão humanas quanto às demais e que não se limitam a um código restrito de transposição das letras do alfabeto” (Geshe Audrei 2003. P. 1). Tomando como base o pensamento da autora De Paula:

A linguagem permite ao homem estruturar seu pensamento, expressar o que sente registrar o que conhece e comunicar-se com outros homens. Ela marca o ingresso do homem na cultura, construindo-o como sujeito capaz de produzir transformações nunca antes imaginadas. (DE PAULA, 2003, p. 13)

É através da linguagem que estamos constantemente construindo representações, crenças e significados afirmados, consumidos, naturalizados e disseminados na sociedade, nos espaços escolares e familiares. A aquisição da linguagem em língua de sinais por surdos é primordial não só para integrar-se a língua, mas também para a construção da sua identidade na comunidade surda e na sua cultura. Luz (2003, p. 5) assegura que:

É com o desenvolvimento linguístico do indivíduo que se torna possível o conhecimento do mundo, a troca de experiências, a

<https://palmeiradosindios.al.gov.br/entresaberespraticaseacoes/>

aquisição da noção de tempo e de espaço, a introjeção de valores e de normas sociais. Ou seja, a linguagem é fundamental para o desenvolvimento emocional, social, cognitivo e intelectual do indivíduo.

De acordo com Lima (2014, p. 2-3), os profissionais e a comunidade surda reconhecem haver, de alguma forma,

[...] desvantagem escolar desses indivíduos, sendo comum a presença de surdos nas séries iniciais, com uns oito anos de vida escolar, sem uma produção escrita compatível com seu grau de escolaridade. Pesquisas indicam que um número elevado de sujeitos surdos apresenta competências acadêmicas muito aquém do desempenho de alunos ouvintes, apesar de suas capacidades cognitivas serem semelhante.

<https://palmeiradosindios.al.gov.br/entresaberespraticaseacoes/>

De acordo com um documentário extraído do youtube (<https://www.youtube.com/watch?v=6pcOuDyIU68>) intitulado “Aquisição da Linguagem em Língua de sinais” a psicóloga Ursula Bellugi que dirigiu a uma pesquisa no instituto Salt dos Estados Unidos com um grupo de surdos, relata que o objetivo é estudar a linguagem independente do sistema de transmissão, no caso dos surdos a transmissão é pelas mãos em vez da voz e a recepção é através dos olhos e não os ouvidos. Quando o grupo está reunido, todos se comunicam por meio de sinais. A psicóloga tornou-se especialista no uso da língua de sinais e é muito conhecida entre os surdos.

Com este estudo, observou-se que a língua de sinais assim como qualquer outra língua possui sua própria gramática com regras próprias. Nesta perspectiva, constatou-se que é no hemisfério esquerdo que os surdos processam a linguagem, ou seja, nos mesmos centros que são usados pelas pessoas ouvintes.

Embora a percepção do movimento seja feita pelo lado direito do cérebro, todos os sinais são enviados para o centro da linguagem do lado esquerdo. A língua de sinais não limita o desenvolvimento mental das crianças surdas e/ou ouvintes. Segundo a psicóloga, o crescimento da mente dos surdos é igual ao das outras pessoas. Eles planejam o que vão fazer, conversam, pensam e até cantam, tudo isso, através de sinais, relata a psicóloga.

Por conseguinte, o estudo da psicóloga para o instituto Salt é de fundamental importância para entendermos o processo da linguagem em ouvintes e surdos. Para ela, a mente humana floresce em toda a sua riqueza e sua complexidade ao expressar as ideias.

ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA PARA SURDOS

A partir dos estudos voltados para Libras e da oficialização por meio da lei 10.436/02 desta língua como língua natural dos surdos, discutiremos nesta seção como se dá o ensino de Língua Portuguesa para alunos surdos, visto que, a L1 do surdo é a Libras e a L2 a Língua Portuguesa.

<https://palmeiradosindios.al.gov.br/entresaberespraticaseacoes/>

A Libras ainda é pouco difundida nas escolas e o processo de aquisição da linguagem nestes indivíduos, na maioria das vezes, acontece de forma tardia. Desta forma, o que seria para o surdo a L1 que é a Libras passa a ser uma segunda língua, por incumbência das práticas oralistas.

Nesta perspectiva, devemos levar em consideração a falta de conhecimento por parte da família quando o surdo estiver em seu ambiente familiar e do professor quando eles estiverem no âmbito educacional.

Em vista disso, a falta de conhecimento em Libras dificulta o processo de aquisição da linguagem destes indivíduos, assim como, a falta de interprete nas escolas para alfabetizar o surdo de maneira correta. Assim, a interação social destes indivíduos nos diversos contextos de comunicação, muitas vezes, é excludente pelo fato de que o surdo não consegue integrar-se na cultura dos ouvintes. À luz de Santos (2015, p. 56):

A escola que cumpre suas funções sociais e políticas da educação escolar percebe que tem compromisso com a formação do cidadão participativo, responsável, crítico e criativo, isso para todo e qualquer sujeito. Nesse sentido, a escola para surdos deve estar voltada para a construção de um perfil de cidadão que supera a simples acumulação de conhecimento ou a sua repetição mecânica, mas compreende como o conhecimento transforma e é transformado pelo sujeito.

Cabe ressaltar, que mesmo os direitos dos surdos estarem assegurados por lei é relegado a último plano. Ademais, os pais, às vezes, não têm conhecimento desta lei que assegura os direitos destes indivíduos e essa falta de conhecimento implica na má formação do surdo. O que vemos é o surdo copiar o que está escrito no quadro sem saber o significado do que está exposto.

No que diz respeito ao aprendiz-surdo, a situação em que se encontra possui características especiais: o português é para eles uma segunda língua, pois a língua de sinais é a sua primeira língua, só que o processo não é o de aquisição natural por meio da construção de diálogos espontâneos, mas o de aprendizagem formal na escola. O modo de ensino/aprendizagem da língua portuguesa será, então, o português por escrito, ou seja, a compreensão e a produção escrita, considerando-se os efeitos das modalidades e o acesso a elas pelos surdos. (BRASIL, 2004, p. 115)

<https://palmeiradosindios.al.gov.br/entresaberespraticaseacoes/>

É através da Libras que a criança ao ser inserida na escola poderá interagir e compreender o que os alunos ouvintes estão falando, mas esses alunos ouvintes também deverão ser aprendizes da Libras. Cabe lembrar, que o ensino bilíngue é previsto por lei, mas não o fazem, visto que, o número de professores especialistas na área é insuficiente para atender a demanda. Se todas as pessoas tivessem acesso a Língua Brasileira de Sinais não existiria uma barreira na comunicação entre surdos e ouvintes.

A Língua Portuguesa é considerada a segunda língua para a classe surda em nosso país, esse ensino deve ser dinamizado e diferenciado dos demais alunos ouvintes. Logo, sabemos que o aluno surdo aprende a se expressar através do processo visual – gestual, diferente do aluno ouvinte que aprende através da língua oralizada.

Neste íterim, o ensino da Libras ao aluno surdo deve ser priorizado, visto que, a comunicação entre eles acontece por meio dos sinais, depois é que se ensina a Língua Portuguesa. Quando o ensino da L1 para o surdo não acontece, pode haver uma dificuldade no ato da comunicação. Isso não impede o surdo de se comunicar e de expressar através de gestos “caseiros” aquilo que ele deseja.

(...) o ensino da língua portuguesa para crianças surdas, principalmente em escolas regulares, não tem considerado este fato e as crianças surdas, inseridas em classes de crianças ouvintes recebem o mesmo tipo de atividade como se já tivessem adquirido esta língua naturalmente e tivessem o mesmo desempenho das ouvintes. (FELIPE, 1997, p. 41).

Ensinar a Língua Portuguesa para o aluno surdo sem que ele tenha conhecimento mínimo de sua língua materna é integrar esse aluno a uma cultura totalmente diferente da sua. De fato, esse aluno poderá sofrer discriminação por não conseguir se comunicar com os ouvintes e essa “inclusão” escolar acarreta, muitas vezes, na exclusão desses alunos surdos pelos próprios colegas de classe.

O decreto federal 5626/05 oficializa o ensino bilíngue para surdos. Este decreto vem reforçar a lei 10.436/02 no qual oficializa a Língua Brasileira de Sinais como primeira língua para surdos no país. Consoante Lacerda (2006, p. 165),

[...] a proposta de educação bilíngue toma a língua de sinais como própria dos surdos, sendo está, portanto, a que deve ser adquirida

<https://palmeiradosindios.al.gov.br/entresaberespraticaseacoes/>

primeiramente. É a partir desta língua que o sujeito surdo deverá entrar em contato com a língua majoritária de seu grupo social, que será, para ele, sua segunda língua. Assim, do mesmo modo que ocorre quando as crianças ouvintes aprendem a falar, a criança surda exposta à língua de sinais irá adquiri-la e poderá desenvolver-se, no que diz respeito aos aspectos cognitivos e linguísticos, de acordo com sua capacidade.

O professor deve apresentar em suas abordagens, o significado para cada coisa, exemplificando-os nos dois tipos de línguas. Assim, ambos estarão construindo pensamentos e/ou ideias através do processo de ensino-aprendizagem bilíngue. Dessa maneira, verifica-se que o aluno surdo terá autonomia em desenvolver o seu grau de potencialidade codificando gêneros textuais ou demais gêneros explícitos.

INCLUSÃO ESCOLAR: AMPARO LEGAL

Desde o século XVI alguns filósofos da época já discutiam em seus estudos questões acerca do surdo. Após muitos anos de lutas em busca da valorização da identidade surda e da cultura surda, são assegurados, através da lei nº 10.436/02 e do decreto 5.626/05 direitos exclusivos aos surdos. Porém, a realidade ainda é gritante no que tange a educação dos surdos. Por um lado, a lei existe na teoria, mas na maioria das vezes, esses direitos não são garantidos na prática.

As necessidades especiais revelam que tipo de ajuda, diferente das usuais, são requeridas de modo a cumprir as finalidades da educação. As respostas a essas necessidades devem estar previstas e respaldadas no projeto pedagógico da escola, não por meio de um currículo novo, mas, da adaptação progressiva do regular, buscando garantir que os alunos com necessidades especiais participem de uma programação tão normal quanto possível, mas se considerem as especificidades que as suas necessidades possam requerer (MEC, 1999, p. 34).

Diante disso, é preciso criar políticas necessárias para formar mais profissionais para atuarem na respectiva área, pois o número de profissionais é insuficiente para atender a demanda. Além disso, faz-se necessário o comprometimento entre educação, surdos, familiares e a própria comunidade ouvinte que deve integrar-se

<https://palmeiradosindios.al.gov.br/entresaberespraticaseacoes/>

a comunidade surda para que não ocorra uma “integração” no âmbito escolar, mas, de fato, a inclusão aconteça de forma correta.

É importante salientar que no Brasil, a Lei nº 10.436, datada de 24 de Abril de 2002, dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Em seu Artigo 1º,

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002).

Ademais, muitas vezes, quando posto às margens educacionais, são taxados como burros, preguiçosos e até mesmo imbecis, justamente por não conseguir compreender a comunicação oralizada. Consequentemente são excluídos de atividades escolares.

Por conseguinte, é preciso primeiramente conscientizar os ouvintes a acolher esses alunos para que o processo de inclusão dos surdos se efetive de forma satisfatória. Dessa maneira, discutir sobre a educação surda e como ela vem se efetivando na prática aponta para a realidade que por muito tempo foi e é negligenciada.

O ALUNO SURDO EM SEU CONTEXTO ESCOLAR

A educação dos surdos é um assunto bastante complexo pelo fato de que a Libras ainda é um assunto pouco discutido não só na escola, mas na sociedade de forma geral. Nos últimos anos, a prática inclusiva destes alunos no ambiente escolar tem ganhado força tanto pela lei que estabelece uma educação bilíngue para esses alunos como também pelo decreto que assegura direitos aos surdos.

Vale lembrar, que esses direitos, muitas vezes, não acontecem na prática tanto pela falta de conhecimento como também o número de professores especialistas na área é insuficiente para atender a demanda. Ademais, a escola juntamente com a família deve ir atrás dos direitos desses alunos.

<https://palmeiradosindios.al.gov.br/entresaberespraticaseacoes/>

Vendo por este prisma, muitos surdos apresentam déficits na comunicação em Libras justamente por não possuir um contato direto desde os anos iniciais com sua língua materna, conseqüentemente, a comunicação entre eles se torna dificultosa pelo fato de não saberem se comunicar em Libras.

Levando em consideração a proposta bilíngue, o surdo deve aprender a Libras como L1 e depois a Língua Portuguesa que é a L2. Em vista disso, o professor deve familiarizar-se com esta língua, assim, ao receber um aluno surdo em suas aulas o processo de inclusão do surdo será diferente pelo fato do professor possuir conhecimento mesmo que seja mínimo desta língua. Dessa forma, o docente pode conscientizar a turma a incluir nas atividades em classe e extraclasse o aluno que possui esta especificidade. Segundo Batalloso (2012, p. 154):

Trata-se de uma educação comprometida com os seres humanos de seu tempo e sensivelmente dirigida à aprendizagem da existência humana em duplo sentido. Por um lado, conseguir desenvolver atitudes de atenção diante de situações em que me encontro como sujeito individual e como sujeito social e por outro lado, ser capaz de aprender das experiências concretas e cotidianas [...].

Na escola, o professor é o principal responsável para estimular os alunos ouvintes a incluir alunos surdos no contexto educacional. Vale lembrar, que mesmo o surdo estando em um contexto onde o oralismo predomina, ele possui uma cultura totalmente diferente dos ouvintes.

Em muitos casos, o surdo é excluído das atividades escolares por serem julgados como “burros” justamente por não entender a cultura ouvinte e a comunicação entre eles. Nesta perspectiva, é um grande desafio incluir o surdo na escola, visto que, é preciso conscientizar os demais alunos da classe a aceitar e ajudar esses alunos a se desenvolver e também a aprender a se comunicar por sinais. Quadros (2005, p.6) afirma que:

Quando a criança surda tiver a chance de, no início do seu desenvolvimento, contar com pais dispostos a aprender a língua de sinais, com adultos surdos, com colegas surdos, quando ela narrar em sinais e tiver escuta em sinais, a dimensão do seu processo educacional será outra.

<https://palmeiradosindios.al.gov.br/entresaberespraticaseacoes/>

Vale lembrar, portanto, que poucas escolas possuem interprete e que ele é de fundamental importância no processo de inclusão do surdo nos diversos contextos onde o oralismo predomina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo de educação bilíngue proposto pelo decreto 5.626/05 regulamenta a lei nº 10.436/02, visa que o aluno surdo tenha um desenvolvimento primeiramente em sua língua materna que é a Libras para depois ter acesso à língua majoritária que é a Língua Portuguesa. O principal objetivo é fazer com que esses alunos tenham desenvolvimento cognitivo-linguístico do mesmo modo que os ouvintes.

É de fundamental importância respeitar a língua de sinais e a cultura surda e não somente inserir o surdo em uma sala de ouvintes como prática inclusiva. A presença de um interprete é indispensável, visto que, ele fomenta o encontro do surdo com as demais culturas.

Quando a escola não possui interprete ou professor que se comunique com ele através da Libras, isso pode dificultar o processo de inclusão do surdo. Além disso, quando a escola possui um interprete é necessário que o plano de aula seja entregue a ele com antecedência, visto que, ele precisa familiarizar-se com o assunto.

Diante disso, a inclusão de alunos surdos no âmbito educacional carece não só de professores preparados, mas que esses docentes possuam metodologias voltadas a esses discentes. Em vista disso, o ambiente deve ser apropriado e com recursos visuais para que assim os alunos surdos e ouvintes tenham acesso a Libras na escola.

Por conseguinte, o governo deve promover uma reorganização pedagógica para que esses alunos sejam educados de forma igualitária. Na inclusão “o fato mais importante é ter a coragem e o empenho para transformar o ideal em realidade, apesar dos desafios e barreiras que surgem no decorrer do caminho” (PELLANDA, 2006, p. 181, *apud* GONÇALVES e FESTA, 2013, p. 11).

<https://palmeiradosindios.al.gov.br/entresaberespraticaseacoes/>

REFERÊNCIAS

ARANTES, V. A. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

BATALLOSO, Juan Miguel. **Educação e condição humana**. In: MORAES, Maria Cândida; ALMEIDA, Maria da Conceição (orgs). Os sete saberes necessários à educação do presente: por uma educação transformadora. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012. p. 149-184.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acessado em: outubro de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de educação especial. **Ensino de Língua Portuguesa para surdos: Caminhos para uma prática pedagógica**. Vol. 1. Brasília: SEESP, 2004.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs): Estratégias para educação de alunos com necessidades educacionais especiais**. Brasília: SEF/SEESP, 1999.

DAMASIO, M.F.M. **Educação escolar de pessoas com surdez: uma proposta inclusiva**. Campinas: tese de doutorado, 2005.

DE PAULA, L.S. B. **A Linguagem e a Surdez**. Revista Espaço (Instituto Nacional de Educação de Surdos), Rio de Janeiro, n. 20, p. 13-19, Dez. 2003.

Documentário. **Aquisição de linguagem em língua de sinais**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6pcOuDYIU68>. Acessado em: outubro de 2017.

FELIPE, T. A. **Escola Inclusiva e os direitos linguísticos dos Surdos**. Rio de Janeiro: Revista Espaço – INES, 1997. p. 41-46, Vol. 7.

GESSER, A. **Libras?: Que língua é essa?: Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**/Audrei Gesser: [prefácio de Pedro M: Garcez]. – São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GONÇALVES, H. B. & FESTA, P.S.V. **Metodologia do professor no ensino de alunos surdos**. Disponível em: www.opet.com.br/faculdade/revista-pedagogia/pdf/n6/ARTIGO-PRISCILA.pdf. Acessado em 20 de outubro de 2017.

LACERDA, C.B.F. **Inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e interpretes sobre esta experiência**. Cedes, 2006, p. 163 a 184.

<https://palmeiradosindios.al.gov.br/entresaberespraticaseacoes/>

LIMA, Marisa Dias. **Alfabetização e letramento com uso da LIBRAS nas crianças surdas**. Revista Perquirere, 11(1): 144-165, jul. 2014.

LUZ, R. D. **Violência Psíquica e Surdez – Os Caminhos de um (des)encontro**. Revista Espaço (Instituto Nacional de Educação de Surdos), Rio de Janeiro, n. 20, p. 03 – 12, Dez. 2003.

QUADROS, Ronice Muller de. O bi do bilinguismo na educação de surdos In: Surdez e bilinguismo. 1 ed. Porto Alegre : Editora Mediação, 2005, v.1, p. 26-36.

SACKS, O. **Vendo Vozes: Uma viagem ao mundo dos surdos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SANTOS, Kátia Regina de Oliveira Rios Pereira. **Educação especial e escola: reflexões sobre os projetos educacionais para alunos surdos**. In: FERNANDES, Eulália (org.). Surdez e bilinguismo. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015. p. 51-64.

<https://palmeiradosindios.al.gov.br/entresaberespraticaseacoes/>

AÇÕES DA GESTÃO ESCOLAR NO ENSINO DE LITERATURA

Danielly dos Anos Gomes¹
Eduardo Leite Oliveira dos Santos²
Erisson Jordan Ferreira Fonseca³
Isabelle Rayra Alves Braz⁴
Jaqueline Maria da Silva⁵

Resumo

O ensino de literatura tem um papel crucial no desenvolvimento acadêmico, leitura, escrita e crescimento cultural e emocional dos alunos. Contudo, a gestão escolar, quando desprovida de planejamento e ações efetivas, pode comprometer a qualidade desse ensino. Para torná-lo eficaz, é necessário que a gestão adote práticas inovadoras, como selecionar obras relevantes, promover discussões e projetos interdisciplinares. Este estudo adotou uma abordagem qualitativa para compreender a complexidade do ensino de literatura, explorar perspectivas dos participantes e analisar os dados coletados. A pesquisa envolveu questionários com professores de ensino médio da 3ª GERE. A análise de conteúdo revelou tendências e *insights* relevantes sobre o papel da gestão escolar no ensino de literatura. A discussão dos resultados se baseou em referenciais teóricos à luz de autores como Martins et al (2018), Carvalho (2011), Libâneo (2007) e Luck (2007).

Palavras-chave: Ensino de literatura; gestão escolar; projetos interdisciplinares.

¹ Graduanda do curso de Letras da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL - *Campus III* – Palmeira dos Índios E-mail: daniellyanjos.gomes@gmail.com.

² Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas. Graduado em Letras - Português e em Pedagogia. Especialização em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Literatura e Gestão Escolar. Professor de Língua Portuguesa da Rede Municipal de Educação de Palmeira dos Índios. Articulador de Ensino do Programa Escola 10 na Escola Municipal Professor Douglas Apratto Tenório. E-mail.: eduardo.santos586@gmail.com

³ Graduado em Letras – Português pela Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL – *Campus III* – Palmeira dos Índios. E-mail: erisson.fonseca@gmail.com.

⁴ Graduanda do curso de Letras da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL - *Campus III* – Palmeira dos Índios E-mail: isabellefbraz@gmail.com.

⁵ Graduanda do curso de Letras da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL - *Campus III* – Palmeira dos Índios E-mail: jaquehsilva009@gmail.com.

<https://palmeiradosindios.al.gov.br/entresaberespraticaseacoes/>

1 Introdução⁶

O ensino de literatura desempenha um papel fundamental no desenvolvimento dos alunos, não apenas no âmbito acadêmico, mas também no desenvolvimento da leitura, da escrita e na ampliação de seus horizontes culturais e emocionais. No entanto, muitas vezes, a falta de planejamento e ações efetivas por parte da gestão escolar podem comprometer a qualidade do ensino de literatura, resultando em uma formação menos completa e significativa para os alunos.

Para que o ensino de literatura seja efetivo, é crucial que haja uma gestão escolar comprometida em promover práticas pedagógicas inovadoras e criativas. Isso envolve a adoção de estratégias que estimulem o interesse e o envolvimento dos alunos com a literatura, como a seleção de obras relevantes e adequadas ao nível de ensino, a promoção de atividades de leitura e discussão em sala de aula, a realização de projetos interdisciplinares que relacionem a literatura a outras áreas do conhecimento, entre outras abordagens. Para isso recorremos a autores como Martins et al (2018), Carvalho (2011), Libâneo (2007) e Luck (2007).

Nesse sentido, formulamos a questão norteadora a saber: como o modelo de gestão escolar contribui para o processo de ensino e aprendizagem da literatura no ensino médio das escolas da 3ª GERE de Alagoas? Com o objetivo de responder a essa pergunta, esta pesquisa visa investigar as ações implementadas pela gestão escolar para aprimorar o ensino de literatura e oferecer uma educação de qualidade aos alunos.

Este estudo está dividido em três seções distintas. Primeiramente, são apresentadas as concepções acerca da gestão escolar. Em seguida, é abordada a forma como o ensino de literatura é tratado nos documentos que regulam a educação. Por fim, são discutidos os procedimentos metodológicos utilizados, bem como a análise dos dados e a discussão dos resultados obtidos.

⁶ O presente artigo corresponde ao trabalho final da disciplina Gestão Escolar, ministrada no semestre 2023.2, no curso de Letras, pelo Prof^o Me. Eduardo Leite Oliveira dos Santos.

<https://palmeiradosindios.al.gov.br/entresaberespraticaseacoes/>

2 Desenvolvimento

2.1. Gestão Escolar

A gestão escolar desempenha um papel fundamental em uma instituição de ensino, sendo responsável por assegurar que todos os processos administrativos e pedagógicos sejam conduzidos de maneira eficiente e eficaz. É imprescindível contar com uma gestão escolar comprometida, que trabalhe de forma assertiva, visando proporcionar aos professores e alunos acesso às melhores estratégias de ensino e aprendizagem. Libâneo (2007) adota a concepção sociocrítica de gestão escolar, que considera a gestão como um sistema que engloba pessoas. Nessa perspectiva, a gestão escolar é vista como um sistema que agrega pessoas, levando em consideração “o caráter intencional de suas ações e as interações sociais que estabelecem entre si e com o contexto sócio-político, nas formas democráticas de tomada de decisões (LIBÂNEO, 2007, p. 324).

O processo de gestão tem a responsabilidade de coordenar a dinâmica do sistema de ensino como um todo, incluindo a coordenação nas escolas específicas. Além disso, é crucial discutir a importância da articulação entre as diretrizes e políticas educacionais públicas, bem como as ações para implementá-las, juntamente com os projetos pedagógicos das escolas. Esses projetos devem estar comprometidos com os princípios democráticos e com a criação de um ambiente educacional autônomo, participativo e colaborativo, em que as decisões sejam tomadas conjuntamente e os resultados sejam efetivados. Também é fundamental estabelecer mecanismos de acompanhamento, avaliação e retorno de informações. Por fim, a gestão precisa ser transparente, demonstrando publicamente seus processos e resultados (LÜCK, 2007).

Ao investigarmos o conceito de gestão escolar, deparamo-nos com suas origens recentes na educação brasileira, remontando ao período de redemocratização política nos anos 1980 (MARTINS et al, 2018). Originada da noção de "administração escolar",

<https://palmeiradosindios.al.gov.br/entresaberespraticaseacoes/>

a gestão escolar foi concebida em contraposição ao viés conservador e autoritário que caracterizava a administração escolar à época. Seu objetivo primordial é demonstrar um compromisso intrínseco com a transformação social e a democratização do ensino, buscando promover uma educação inclusiva e igualitária.

No âmbito da gestão escolar, é imprescindível reconhecer a importância da avaliação externa, também conhecida como avaliação em larga escala. Essa ferramenta abrangente engloba um grande número de participantes e produz dados e informações relevantes, capazes de nortear a tomada de decisões e a formulação de políticas educacionais (CARVALHO, 2011). Ao compilar e disponibilizar publicamente os resultados dessas avaliações, a gestão escolar torna possível o acesso às informações essenciais para aprimorar o desempenho acadêmico e identificar áreas de melhoria.

A gestão escolar, embasada em sua autonomia, desempenha um papel preponderante no sucesso da aprendizagem, trabalhando em harmonia com a avaliação externa, que se configura como uma ferramenta abrangente para orientar políticas educacionais. Com o compromisso firme com a democratização do ensino, a gestão escolar visa proporcionar um ambiente propício ao desenvolvimento pleno dos alunos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e transformadora.

No que diz respeito ao ensino de literatura, é relevante destacar que a gestão escolar desempenha um papel fundamental ao orientar e acompanhar o trabalho dos professores de literatura, oferecendo suporte tanto em questões pedagógicas quanto administrativas. É responsabilidade da gestão escolar fornecer as condições necessárias para o desenvolvimento de ações abrangentes, viabilizando um ensino de literatura eficaz que desperte o interesse dos alunos e torne o aprendizado uma experiência prazerosa.

2.2. Literatura

A literatura, como forma de arte, busca desenvolver nos estudantes habilidades de leitura crítica, apreciação estética e compreensão do mundo literário e cultural,

<https://palmeiradosindios.al.gov.br/entresaberespraticaseacoes/>

proporcionando também a oportunidade de explorar universos imaginários e refletir sobre a vida e a sociedade. No contexto escolar, a literatura é uma ferramenta poderosa para desenvolver a criatividade, a empatia e a compreensão do mundo. Para Cândido (2006), a literatura é uma forma de conhecimento que vai além dos aspectos puramente informativos, ela lida com a subjetividade, os sentimentos e as nuances da experiência humana, oferecendo uma compreensão mais profunda e sensível do mundo. Nessa perspectiva, a gestão escolar desempenha um papel fundamental ao promover o ensino de literatura de maneira efetiva e envolvente.

O ensino de literatura é tratado nos documentos brasileiros que regulam a educação, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 (BRASIL, 1996) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), Estaduais e Municipais de Educação. Esses documentos estabelecem diretrizes e orientações para a organização curricular das escolas, incluindo o ensino de literatura.

A LDB, em seu Artigo 36, destaca a importância da literatura como componente curricular obrigatório, tanto na educação básica quanto no ensino médio. Ela reconhece a literatura como uma forma de expressão artística e cultural, fundamental para o desenvolvimento da formação humana, do pensamento crítico e da compreensão do mundo. Enquanto os PCNs, por sua vez, oferecem subsídios para o planejamento e a prática pedagógica, orientando o ensino de literatura de acordo com os diferentes níveis de ensino. Eles destacam a importância de desenvolver nos estudantes habilidades de leitura, interpretação, análise e produção de textos literários.

Os documentos citados também enfatizam a valorização da diversidade literária, recomendando a inclusão de obras de autores nacionais e estrangeiros, de diferentes épocas e estilos literários. Além disso, os PCNs ressaltam a importância de estabelecer conexões entre a literatura e outras áreas do conhecimento, promovendo a interdisciplinaridade. No que diz respeito às competências e habilidades a serem desenvolvidas, os documentos brasileiros destacam a importância de proporcionar aos estudantes o contato com diferentes gêneros literários, a análise crítica de obras, a

<https://palmeiradosindios.al.gov.br/entresaberespraticaseacoes/>

compreensão de seus contextos históricos e sociais, além da capacidade de expressar-se por meio da escrita e da oralidade.

Tais documentos também recomendam a utilização de estratégias pedagógicas diversificadas, como leituras compartilhadas, debates, produção de textos, projetos de leitura, entre outras atividades que estimulem o interesse e o envolvimento dos estudantes com a literatura. É importante ressaltar que os documentos brasileiros fornecem orientações gerais, mas a implementação das diretrizes curriculares e a seleção específica das obras literárias a serem trabalhadas ficam a cargo das redes de ensino, escolas e professores, levando em consideração as características e realidades locais.

3 Metodologia

Esta seção tem como objetivo apresentar os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa, que visa investigar as ações implementadas pela gestão escolar para aprimorar o ensino de literatura no ensino médio das escolas da 3ª Gerência Especial de Educação (GEE) de Alagoas. A fim de responder à questão norteadora estabelecida, foram realizadas análises criteriosas e embasadas, seguindo diretrizes de uma abordagem qualitativa de pesquisa.

O presente estudo adotou uma abordagem de pesquisa qualitativa, uma vez que se buscou compreender a complexidade do fenômeno investigado, explorar as perspectivas e experiências dos participantes envolvidos e analisar de forma aprofundada os dados coletados, pois como apresenta Silva (2019) essa exploração de novas perspectivas e a reorganização do conhecimento em educação podem resultar em uma compreensão aprofundada do fenômeno em estudo. Tal abordagem permite uma compreensão rica e contextualizada das ações da gestão escolar no ensino de literatura, considerando sua interação com os demais agentes educacionais, o contexto institucional e as nuances específicas da 3ª GEE de Alagoas.

<https://palmeiradosindios.al.gov.br/entresaberespraticaseacoes/>

Para a coleta de dados, foram realizados levantamentos (*survey*) por meio de questionário do google *forms* com professores de instituições de ensino médio da 3ª GEE de Alagoas, como explica Silva (2019) esse método de coleta de dados permite explorar uma problemática específica, buscando compreender as percepções, opiniões e experiências dos participantes via entrevista e questionários. A seleção dos participantes foi baseada em critérios como professores que ensinam em escolas no território da 3ª GEE de Alagoas, com turmas do ensino médio e da rede estadual de ensino. Cabe ressaltar que foram adotadas medidas para garantir a confidencialidade e anonimato dos participantes, bem como a obtenção de seu consentimento informado para a participação na pesquisa.

O questionário foi elaborado de forma a permitir uma exploração aprofundada das percepções, práticas e desafios enfrentados pelos gestores escolares no contexto do ensino de literatura. Como apresentam Lakatos e Marconi (2017, p. 230) “é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”. As questões abordaram tópicos relacionados às estratégias adotadas pela gestão escolar, aos recursos disponíveis, à formação dos professores, às iniciativas interdisciplinares e à promoção do interesse dos alunos pela literatura.

Além das entrevistas por meio de questionário, também foram realizadas análises bibliográficas, por meio da revisão e análise crítica de livros e artigos. Essa etapa permitiu uma compreensão mais abrangente do contexto normativo e das diretrizes estabelecidas para o ensino de literatura, bem como sua relação com a atuação da gestão escolar.

Após a coleta dos dados, foi realizada uma análise de conteúdo das informações obtidas. Essa análise envolveu a organização e categorização dos dados de acordo com temas e padrões emergentes, buscando identificar tendências, pontos de convergência e divergência, e *insights* relevantes para a compreensão do papel da gestão escolar no ensino de literatura.

<https://palmeiradosindios.al.gov.br/entresaberespraticaseacoes/>

A discussão dos resultados foi conduzida com base na análise dos dados coletados, utilizando-se de referenciais teóricos pertinentes ao campo da gestão escolar e do ensino de literatura. Essa abordagem visa fornecer uma compreensão aprofundada dos resultados obtidos e contribuir para o desenvolvimento de recomendações práticas e embasadas para aprimorar o ensino de literatura nas escolas da 3ª GEE de Alagoas.

4 Resultados e discussões

A presente pesquisa foi conduzida com o objetivo de discutir o papel da gestão escolar no processo de ensino e aprendizagem da literatura nas séries do ensino médio, em escolas estaduais pertencentes à 3ª Gerência Regional de Ensino (GERE) de Alagoas. Participaram do estudo um total de 11 professores, provenientes de cinco escolas localizadas nas cidades de Belém, Palmeira dos Índios e Tanque D'arca. A escolha das escolas e dos professores foi realizada de forma aleatória, com o critério de que os docentes atuassem no ensino médio em uma escola estadual pertencente à 3ª GERE.

No que diz respeito à infraestrutura das escolas, constatou-se que todas as cinco instituições pesquisadas possuíam biblioteca. Esse dado revela uma condição favorável para a promoção do ensino e aprendizagem da literatura, uma vez que a presença de bibliotecas oferece aos alunos acesso a um acervo diversificado e incentiva a prática da leitura.

No que se refere ao nível de formação dos professores participantes da pesquisa, verificou-se que a maioria deles possuía o título de especialista (oito professores), enquanto dois possuíam apenas graduação e um possuía mestrado. Esses resultados indicam a importância da qualificação profissional dos docentes, proporcionando-lhes

<https://palmeiradosindios.al.gov.br/entresaberespraticaseacoes/>

conhecimentos específicos sobre o ensino da literatura e contribuindo para a qualidade do processo educativo.

Em relação ao papel desempenhado pela gestão escolar no processo de ensino da literatura, os participantes apontaram que ela desempenha um papel de incentivadora e parceira dos professores na elaboração de projetos. Como destacado por um dos participantes (P2), "O papel do gestor é gerir todos os setores da instituição escolar com muita eficiência e competência, procurando ouvir e atender aquilo que for melhor para a comunidade escolar." Essa perspectiva ressalta a importância da gestão como um agente facilitador e colaborador, buscando atender às necessidades da comunidade escolar e contribuir para a efetivação da educação. Além disso, conforme mencionado por outro participante (P6), a gestão escolar deve fornecer suporte e recursos para que os professores possam desenvolver um ensino de qualidade, considerando o desenvolvimento integral do aluno em todas as suas dimensões.

Quanto ao processo de leitura nas escolas pesquisadas, verificou-se que ocorre principalmente durante as aulas e por meio de projetos desenvolvidos pelos professores e pela gestão escolar. Conforme mencionado por um dos participantes (P11), "Em sala de aula e em projetos de leitura". Além disso, como destacado por outro participante (P5), o processo de leitura na escola ocorre de maneira integrada, envolvendo diferentes etapas. Inicialmente, os estudantes são introduzidos a diferentes gêneros literários e aprendem técnicas de análise e interpretação. Essa abordagem, que busca a diversificação dos gêneros literários e o envolvimento dos alunos em projetos, enriquece o processo de ensino da literatura, contribuindo para a formação de leitores críticos e reflexivos.

Um dos pontos críticos identificados nesta pesquisa foi a falta de formação adequada para os profissionais que trabalham no ensino de literatura. Conforme relatado por um dos participantes (P4), "Não vejo muita preocupação com a formação para profissionais dessa área". A maioria dos professores entrevistados descreveu essa falta de formação específica. Esse resultado ressalta a necessidade de investimento na

<https://palmeiradosindios.al.gov.br/entresaberespraticaseacoes/>

formação contínua dos professores, proporcionando-lhes subsídios teóricos e práticos para aprimorar sua atuação no ensino da literatura.

Os professores também destacaram algumas boas práticas de gestão escolar relacionadas ao ensino de literatura, tais como a realização de projetos, exposições e premiações aos alunos que leem o maior número de obras dentro do semestre. Essas iniciativas evidenciam a importância de incentivar e reconhecer o interesse dos alunos pela leitura, estimulando seu envolvimento com a literatura e promovendo uma cultura leitora na escola.

Os resultados desta pesquisa apontam para a relevância da gestão escolar no processo de ensino e aprendizagem da literatura nas escolas estaduais da 3ª GERE de Alagoas. A presença de bibliotecas, a qualificação dos professores, o papel incentivador da gestão escolar, a diversificação dos gêneros literários e a promoção de projetos de leitura são elementos que contribuem para um ensino de qualidade nessa área. No entanto, destaca-se a necessidade de investimentos na formação dos profissionais que atuam no ensino de literatura, visando aprimorar suas competências e ampliar as oportunidades de aprendizagem dos estudantes.

É incontestável ressaltar que o ensino de literatura desempenha um papel essencial na formação dos alunos, proporcionando o desenvolvimento de habilidades fundamentais para a vida e para a sociedade. Nesse contexto, a gestão escolar desempenha um papel crucial ao promover o ensino de literatura de maneira eficaz e envolvente, estimulando a prática da leitura e fomentando a integração da literatura com outras áreas do conhecimento.

5 Considerações finais

Diante do exposto, os resultados desta pesquisa destacam a importância da gestão escolar no processo de ensino e aprendizagem da literatura nas escolas estaduais da 3ª GEE de Alagoas. A presença de bibliotecas, a qualificação dos professores, o papel incentivador da gestão escolar, a diversificação dos gêneros literários e a

<https://palmeiradosindios.al.gov.br/entresaberespraticaseacoes/>

promoção de projetos de leitura são elementos fundamentais para garantir um ensino de qualidade nessa área.

A presença de bibliotecas oferece aos alunos acesso a uma variedade de recursos literários, incentivando-os a explorar diferentes obras e a desenvolver o hábito da leitura. Além disso, as bibliotecas podem se tornar espaços de interação e aprendizagem, enriquecendo o ambiente educacional.

A qualificação dos professores desempenha um papel crucial no sucesso do ensino de literatura. Professores bem preparados possuem o conhecimento e as habilidades necessárias para transmitir efetivamente os conceitos literários aos alunos, despertando seu interesse e promovendo uma compreensão mais profunda das obras literárias. Investir na formação contínua desses profissionais é essencial para aprimorar suas competências e mantê-los atualizados sobre as melhores práticas pedagógicas.

A gestão escolar exerce um papel fundamental ao incentivar a literatura como parte integrante do currículo e ao promover projetos de leitura que envolvam toda a comunidade escolar. Uma gestão comprometida e engajada cria um ambiente propício para o ensino e aprendizagem da literatura, valorizando sua importância e estimulando a participação ativa dos alunos.

A diversificação dos gêneros literários é essencial para ampliar os horizontes dos alunos. Ao apresentar uma variedade de obras literárias, os estudantes têm a oportunidade de explorar diferentes estilos, temas e formas de expressão literária, o que contribui para o desenvolvimento de habilidades de leitura e interpretação mais abrangentes.

Nessa perspectiva, é crucial destacar a necessidade de investimentos na formação dos profissionais que atuam no ensino de literatura. Por meio de programas de capacitação e atualização, os professores podem aprimorar suas competências e adotar abordagens pedagógicas inovadoras que atendam às necessidades e interesses dos alunos. Esses investimentos são essenciais para garantir uma educação de qualidade e ampliar as oportunidades de aprendizagem dos estudantes no campo da literatura.

<https://palmeiradosindios.al.gov.br/entresaberespraticaseacoes/>

Em síntese, a gestão escolar, juntamente com a presença de bibliotecas, a qualificação dos professores, o estímulo à leitura, a diversificação dos gêneros literários e a promoção de projetos de leitura, desempenha um papel fundamental no processo de ensino e aprendizagem da literatura. Para garantir um ensino de qualidade, é necessário investir na formação dos profissionais envolvidos, aprimorando suas competências e ampliando as oportunidades de aprendizagem dos alunos.

Referências

CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**. 2006.

CARVALHO, A. O. P. **A avaliação externa do programa alfabetização na idade certa: contribuições para possíveis intervenções pedagógicas no Município de Horizonte - CE**. 2011. 77 f. Monografia (Graduação em Pedagogia) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

FEDERAL, Senado. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. 1996.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica** / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. – 8. ed. – São Paulo: Atlas, 2017.

LIBÂNEO, José Carlos. **A organização e a gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2007.

LÜCK, Heloisa. **Gestão educacional: uma questão paradigmática**. Petrópolis: Vozes, 2007.

MARTINS, A.M. et al. **Cenários de gestão de escolas municipais no Brasil: questionário contextual da prova Brasil**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 48, n. 170, p. 1038-1061, dez. 2018.

<https://palmeiradosindios.al.gov.br/entresaberespraticaseacoes/>

SILVA, Caio Vinícius da. **Pesquisa em Educação.**/ Caio Vinícius da Silva. – João Pessoa: Faculdade Três Marias, 2019.

<https://palmeiradosindios.al.gov.br/entresaberespraticaseacoes/>

ANIMAIS MALTRATADOS, O QUE PODEMOS FAZER? UM RELATO DE EXPERIÊNCIA EM ESCOLA DA REDE ESTADUAL DE ENSINO

Cleópatra Cardoso da Silva¹
Jardiel Marcos Santos da Silva²
Suelí Maria da Conceição³

Resumo

O objetivo desse trabalho foi promover a conscientização sobre a importância do respeito aos animais e da prevenção dos seus maus-tratos. Nesse sentido, o Projeto Integrador intitulado “Animais maltratados, o que podemos fazer?” nasce como foco de atenção por parte dos estudantes da 1ª série do Ensino Médio da Escola Estadual Belarmino Vieira Barros, localizada no município de Minador do Negrão. Esse trabalho foi classificado como um Projeto de Intervenção Interdisciplinar, na qual visa à abordagem de um tema específico por meio da integração de diferentes disciplinas, promovendo uma compreensão abrangente do assunto e a formação de competências multidisciplinares dos estudantes. Neste caso, o projeto aborda questões dos cuidados com os animais, proteção, sustentabilidade, conhecimento das Leis que estão em vigor sobre os cuidados com os animais, proporcionando uma educação abrangente e orientada para a tomada de decisões conscientes e crítica em relação a essa temática. A interdisciplinaridade está no cerne do projeto, possibilitando a conexão de diversos conhecimentos para a promoção de uma formação integral na qual os estudantes sejam protagonistas. Trata-se de uma pesquisa de campo do tipo participante, pois os professores em suas áreas de conhecimentos contribuíram para que o objetivo fosse alcançado juntamente com a participação dos estudantes. Portanto, pode-se concluir que ao participarem como protagonista os estudantes puderam compreender sobre a relevância do cuidado com os animais, e, sobretudo, ampliou o conhecimento sobre o mundo científico e acadêmico.

Palavras-chave: Animais; Projeto Integrador; Estudantes; Protagonismo.

¹ Pós-Graduada em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho pela CEAD/UFPI. Bela. em Direito pela Faculdade Pio Décimo. Licenciada em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), Professora da Rede Estadual de Educação de Alagoas. Email: cleo.patrac@gmail.com.

² Doutor em Educação (UAA). Licenciado em Educação Física pela Faculdade Católica São Tomas de Aquino (FACESTA), Professor da Rede Municipal de Educação de Palmeira dos Índios/AL e Garanhuns/PE. E-mail: jardiel02marcos@gmail.com.

³ Pós-Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL/AL). Professora da Rede Municipal de Educação de Bom Conselho e Contratada na Rede Estadual de Educação de Alagoas. E-mail: sueil.com.br@hotmail.com

<https://palmeiradosindios.al.gov.br/entresaberespraticaseacoes/>

1 Introdução

A temática dos animais maltratados é de extrema importância e requer a atenção de todos nós. O bem-estar do animal não deve ser negligenciado, pois os animais são seres sencientes que merecem respeito, cuidado e proteção. O tema dos animais maltratados nos convida a refletir sobre nossa relação com outras espécies e a assumir a responsabilidade de garantir que vivam vidas livres de sofrimento e abusos. O impacto dos maus-tratos aos animais vai além do indivíduo em si, podendo refletir em questões sociais, ambientais e de saúde pública.

É fundamental que estejamos atentos e engajados em ações que visem combater o abuso e a negligência em relação aos animais. Ao nos conscientizarmos sobre essa temática e agirmos em prol do bem-estar dos animais estamos contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, empática e compassiva. Portanto, é essencial que cada um de nós faça a sua parte. Seja denunciando casos de maus-tratos, apoiando instituições de proteção animal, adotando ao invés de comprar animais, ou educando e sensibilizando outras pessoas sobre a importância do respeito aos seres vivos que compartilham o planeta conosco. Juntos, podemos fazer a diferença e promover um mundo onde os animais sejam tratados com dignidade e amor.

O objetivo desse trabalho foi promover a conscientização sobre a importância do respeito aos animais e da prevenção dos seus maus-tratos. Trata-se de uma pesquisa de campo do tipo participante, pois os professores em suas áreas de conhecimentos contribuíram para que o objetivo fosse alcançado juntamente com a participação dos estudantes.

Neste contexto, o presente documento delinea a estrutura do projeto “Animais maltratados, o que podemos fazer?” abordando os tipos de investigação a serem realizados, a atribuição dos docentes envolvidos, a sistemática de avaliação e o cronograma detalhado. Ao final desta jornada, a expectativa é que cada estudante possua conhecimento e ferramentas para tomar decisões críticas e criativas na qual a sua

<https://palmeiradosindios.al.gov.br/entresaberespraticaseacoes/>

territorialidade seja o foco de produção de conhecimento, consolidando-se como agentes ativos na promoção dos cuidados com os animais de sua comunidade.

2 Desenvolvimento

O Programa Alagoano de Ensino em Tempo Integral (pALei) estabelecido pelos decretos nº 40.207 de 20 de abril de 2015 e nº 50.331 de 12 de setembro de 2016, tem como objetivo principal garantir uma educação mais completa para os estudantes do Ensino Médio em Alagoas. Isso significa não apenas oferecer mais tempo na escola, mas também proporcionar uma educação de qualidade, preparando os jovens para serem cidadãos críticos, autônomos e competentes, capazes de lidar com os desafios da vida, do trabalho e da academia.

Além disso, o pALei valoriza a diversidade, promove o acesso a diferentes áreas como cultura, esporte e informação, e envolve as famílias e a comunidade no processo educativo. Em suma, o programa busca não só oferecer uma educação de qualidade, mas também preparar os jovens para serem agentes de mudança em uma sociedade cada vez mais diversa e desigual.

Nesse sentido, o Projeto Integrador (PI) faz parte dos diversos componentes do itinerário formativo do pALei, como Eletivas, Clubes Juvenil, Laboratórios e Estudos Orientado. Tais itinerários têm o propósito de complementar a formação dos estudantes, promovendo assim, um currículo mais flexível e adaptado a realidade dos estudantes.

Posto isso, sobre o Projeto Integrador, é importante ressaltar a proposta inicial que é identificar território situações-problema no e propor um conjunto de estratégias capazes de resolver o objeto de estudo, minimizar seus efeitos ou ainda proporcionar encaminhamentos de resolução.

Vale ressaltar, que o Projeto Integrador surge da identificação de problemas pelos estudantes em seu território, com temas: sociais, culturais e científicos, mantendo sempre a sua turma original. É importante lembrar que o PI é da turma e não do professor, assim, cada professor orientar os estudantes para fazerem pesquisas e realizarem estudos seja em grupo ou individual na qual tentem resolver o problema.

<https://palmeiradosindios.al.gov.br/entresaberespraticaseacoes/>

Nessa perspectiva, os estudantes da 1ª série perceberam a existência de vários animais que são maltratados nas ruas da cidade, e principalmente, próximos das suas residências. Foi pensando nesse problema local que surgiu o Projeto Integrador com a seguinte temática: Animais maltratados, o que podemos fazer? Depois da escolha do tema e tendo uma problematização, foi preciso organizar um cronograma de execução das ações/estratégias pedagógicas definidas no Projeto de Intervenção que podem ser encontradas em detalhes, no Documento Orientador do pALei.

O Projeto Integrador se fundamenta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/1996, tem como propósito primordial instaurar um ambiente educacional que promova não apenas o desenvolvimento cognitivo, mas também o pleno bem-estar físico, mental e social dos estudantes da 1ª série do Ensino Médio. (BRASIL, 1996). Conforme preconiza o Artigo 2º, inciso II, da LDBEN (BRASIL, 1996), a educação deve visar ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Nesse sentido, o projeto Animais maltratados, o que podemos fazer? assumiu um papel de destaque ao proporcionar aos estudantes ferramentas que os capacitaram a tomar decisões conscientes frente ao um problema que acontece no Brasil inteiro, que são os maus-tratos com os animais. Em consonância com os princípios da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que ressalta a importância de uma educação pautada na ética, no pensamento crítico e na formação de cidadãos responsáveis, o projeto se apresenta como uma oportunidade ímpar de abordar uma temática que transcende o âmbito acadêmico. (BRASIL, 2017).

Dessa maneira, para contribuir com a execução do PI foram convidados outros professores de outras áreas de conhecimento para participarem, proporcionando uma abordagem holística e interdisciplinar. Cada campo de investigação contribuiu para alcançar o objetivo geral e específicos, colaborando assim, para a formação integral dos estudantes. Os campos de investigação incluíram:

1. Professor de Educação Física: - Promover a conscientização sobre a importância do respeito aos animais e da prevenção do seu maltrato. - Organizar campanhas ou eventos esportivos em prol de arrecadar fundos para instituições que

<https://palmeiradosindios.al.gov.br/entresaberespraticaseacoes/>

cuidam de animais maltratados.

A violência contra animais sempre existiu, porém hoje, com maior facilidade para informação, difusão dos direitos dos animais e investimento na conscientização dos tutores, houve aumento nas denúncias, fazendo com que os órgãos de segurança consigam ter ciência do ocorrido, e possam efetivar a lei nos agressores (CUNHA, 2023).

2. Professora de Biologia: - Educar as pessoas sobre a importância do bem-estar animal e como podem contribuir para protegê-los. - Estimular a empatia e a compaixão pelos animais por meio de atividades educativas e reflexivas.

De acordo com os estudos de Almeida (2010, p. 43) deixa claro que “assim, algumas pessoas argumentam que certos animais, em vez de propriedades, são pelo menos semelhantes aos 'humanos' e deveriam ter muitos dos mesmos direitos legais que os humanos”.

3. Professora de História: - Denunciar casos de maus-tratos aos órgãos competentes. - Apoiar instituições e ONGs que trabalham na proteção animal, seja através de doações, trabalho voluntário ou divulgação do trabalho realizado.

No Brasil, a legislação começou a abordar a proteção animal no final do século XIX e evoluiu ao longo do século XX, culminando a inclusão na Constituição Federal de 1988. Atualmente, várias leis federais e estaduais no Brasil reconhecem os animais como seres sencientes, sujeitos a proteções legais contra abusos e maus-tratos. Essa mudança reflete uma evolução na consciência social, onde a sociedade contemporânea busca garantir a segurança e o bem-estar dos animais não humanos através de regulamentações específicas. (SILVA, 2023, p. 4).

Quadro 1. Cronograma das atividades do Projeto Integrador 2024.1

ETAPAS	ATIVIDADES	PRAZOS
1º Materiais de Conscientização Criados	Escolha do tema e a problematização	Fevereiro
	Pesquisa em site confiável	Março
2º Formação de Cidadãos Conscientes	Estudos individuais e em grupo	Abril
	Pesquisa estruturada	Maio
3º Participação Ativa	Construção de vasilhas recicláveis, panfletos	Junho
	Culminância	Julho

Fonte: Autores (2024)

A avaliação no PI, Animais maltratados, o que podemos fazer? é concebida

<https://palmeiradosindios.al.gov.br/entresaberespraticaseacoes/>

como um processo contínuo e formativo, alinhado aos objetivos do projeto e à abordagem interdisciplinar adotada. A avaliação tem como propósito acompanhar o progresso dos estudantes, identificar o alcance dos objetivos e oferecer feedback construtivo para o desenvolvimento de competências e reflexões críticas. A sistemática de avaliação compreende:

1. Participação e Envolvimento: Avaliação da participação ativa dos alunos nas aulas, debates, grupos de discussão e atividades práticas. A participação demonstrará o engajamento e interesse dos estudantes em relação aos temas abordados.

2. Trabalhos Individuais e em Grupo: Avaliação dos trabalhos individuais e em grupos realizados pelos estudantes, como pesquisas, elaboração de materiais de conscientização e apresentações. Será observada a capacidade de pesquisa, organização e aplicação do conhecimento.

3. Debates e Discussões: Avaliação das contribuições dos alunos nos debates e discussões em sala de aula. Será observada a capacidade de argumentação embasada em evidências e a compreensão crítica dos temas.

4. Atividades Práticas: Avaliação do desempenho dos alunos nas atividades práticas, como experimentos de laboratório e atividades relacionadas à educação física. Será observada a compreensão dos conceitos práticos abordados.

5. Materiais de Conscientização: Avaliação dos materiais de conscientização criados pelos estudantes, como folhetos informativos e apresentações. Será observada a capacidade de síntese, comunicação eficaz e embasamento das informações.

6. Reflexão Ética: Avaliação das reflexões éticas dos estudantes sobre as escolhas de saúde e os valores envolvidos. Será observada a profundidade das reflexões e a aplicação dos valores éticos na tomada de decisões.

7. Avaliação Final: Realização de uma avaliação final que abrange os conteúdos abordados ao longo do projeto. Essa avaliação visa verificar a compreensão global dos temas e a capacidade dos alunos de integrar conhecimentos de diferentes disciplinas.

A soma das avaliações em cada uma dessas dimensões contribuirá para uma avaliação holística do desenvolvimento dos estudantes ao longo do projeto. A abordagem formativa da avaliação permitirá que os estudantes evoluam em suas

<https://palmeiradosindios.al.gov.br/entresaberespraticaseacoes/>

competências, reflitam sobre suas escolhas e adquiram uma compreensão abrangente dos riscos associados ao uso indevido de substâncias.

Por ser tratar de uma pesquisa participante, também conhecida como pesquisa-ação, é uma abordagem metodológica de pesquisa que envolve a participação ativa dos sujeitos da pesquisa no processo de investigação.

De acordo com Werneck (2006), deixa claro que essa abordagem é amplamente utilizada em áreas como educação, saúde pública, desenvolvimento comunitário e outras disciplinas que buscam envolver os sujeitos da pesquisa na produção de conhecimento e na transformação da realidade.

3 Resultados e Discussão

Para facilitar a compreensão dessa sessão, dividimos em três partes, assim, como foi feito no projeto.

A primeira Parte foi de muitas discussões em grupo na qual a ideia central estava centrada na escolha do tema e a problematização que iria nortear o Projeto Integrador. Dessa maneira, foram apresentadas para os estudantes algumas formas de pesquisa em site confiável, pois muito dos adolescentes não tinham essa prática. Assim, iniciou-se a construção de materiais de conscientização criados pelos estudantes na qual construíram panfletos, folhetos informativos que serão entregues nas principais ruas da cidade.

<https://palmeiradosindios.al.gov.br/entresaberespraticaseacoes/>

Figura 1. Modelo do Panfleto



Fonte: Autores (2024)

Na segunda etapa foca-se, mais especificamente, na formação de cidadãos conscientes e críticos mediante a temática que estava sendo abordada. Nesse sentido, os estudantes utilizaram as redes sociais para divulgar vídeos e as ações que estava sendo desenvolvidas no projeto. Os estudos continuaram e foi realizada uma pesquisa estruturada com os moradores próximos a escola, mas antes disso aconteceu a escolha da logomarca deixando assim, a marca registrada.

Figura 2. Recorte dos Panfletos



Fonte: Autores (2024)

<https://palmeiradosindios.al.gov.br/entresaberespraticaseacoes/>

Figura 3. Logomarca do Projeto Integrador



Fonte: Autores (2024)

Quadro 2. Pesquisa de campo com os moradores

Pergunta	Sim	Não
1- Você conhece alguma Lei de proteção dos animais?	41	31
2- Você já machucou algum animal de rua?	51	41
3- Na sua rua tem algum animal abandonado?	47	13
4- Você teria vontade de alimentar os animais?	48	8

Fonte: Autores (2024)

Para realização dessa pesquisa os estudantes fizeram pesquisaram e estudaram as Leis de Proteção dos Animais que está vigente em nosso país, assim, facilitou na hora de fazer a entrevista com as pessoas que estavam entorno da escola e ruas próximas da escola.

Ao analisar a primeira questão pode-se perceber que as 41 pessoas entrevistadas conhecem as Leis de proteção animais e 31 delas não conhecem. É preocupante essa quantidade de pessoas não conhecerem as Leis, pois se percebe a falta de conhecimento, e isso acarreta em problemas sérios, assim, levando a não se importam com os animais e sua dignidade.

Etimologicamente, a palavra dignidade vem do latim dignus – aquele que merece estima e honra, aquele que é importante. Ao longo da antigüidade seu uso referiu- se sempre às pessoas, sendo o cristianismo um dos primeiros a se apropriar de seu significado. São Tomás de Aquino pensava a dignidade como inerente ao homem enquanto espécie; existente no homem in actu e apenas no homem

<https://palmeiradosindios.al.gov.br/entresaberespraticaseacoes/>

enquanto indivíduo. Kant reorganizou o conceito cristão, separando o mundo em dois conceitos sociais: um mercantil ligado ao preço das coisas e o outro, um valor subjetivo, ligado à moral. Para Kant, as coisas têm preço, as pessoas, dignidade. (GOMES, 2010, p. 1).

Sobre a segunda questão nota-se que 51 pessoas machucaram animais que estavam nas ruas e 41 delas respondeu que nunca machucaram. Sabemos que as Leis existem para proteger os animais desses ataques cruéis. Contudo, o direito penal sozinho não é capaz de combater tais crueldades contra os animais. O que cabe a cada um de nos é sensibilizar as pessoas de forma individual ou coletivas para minimizar tais práticas.

De acordo com Alexandre (2018, p. 57) ressalta que:

Não se almeja exclusivamente o encarceramento com o aumento da pena imposta ao crime de maus-tratos, busca-se uma maior repressão e consequente intimidação da coletividade para evitar novas condutas evitadas de crueldade contra os animais, servindo, apenas, como paliativo, vez que é necessária a conscientização da sociedade para combater tais atos de crueldade.

Dessa maneira, fica claro que deve haver uma cooperação entre o Poder Público, o Direito Penal e a coletividade, pois somente através da imposição do Estado, do caráter inibidor do Direito Penal e da conscientização da população é que surgirão bons efeitos à causa animal.

Na questão terceira pode-se verificar que existem vários animais abandonados nas ruas de Minador do Negrão. Nesse caso, 47 dos entrevistados disseram que muitos desses animais foram abandonados pelos seus donos e estão andando pelas ruas e nas calçadas de outras pessoas. As outras 13 pessoas afirmaram que não tem a presença de animais abandonados na rua onde moram.

Por fim, a quarta questão fez uma provocação aos entrevistados, e percebe-se que 48 pessoas tem vontade de alimentar os animais abandonados, enquanto 8 não aceitaram. Isso mostra que algumas pessoas são sensíveis e estão prontas para ajudar os animais. Dessa maneira, essa última pergunta incentivou os estudantes para terceira etapa que foi produzir vasilhas para comida e água com materiais reaproveitável.

Na última etapa, aconteceu a participação ativa dos estudantes, pois os mesmos

<https://palmeiradosindios.al.gov.br/entresaberespraticaseacoes/>

produziram vasilhas para água e comida com materiais reaproveitável. Foram produzidas 10 exemplares para serem distribuídos nas residências das pessoas que se comprometeram em alimentar e cuidar dos animais.

Alguns exemplares das vasilhas foram levadas pelos estudantes para suas casas, visto que alguns já fazem essa prática de todos os dias de alimentar e cuidar dos animais.

Figura 4. Construção de vasilhas



Fonte: Autores (2024)

Figura 5. Logomarca das Vasilhas



Fonte: Autores (2024)

4 Considerações finais

O Projeto Integrador dar oportunidade para que os estudantes possam se tornar protagonista, participativo, ativo, criativo e crítico dentro da sociedade, mais especificamente, em seu território. Ao tratar da temática: Animais maltratados, o que podemos fazer? Contribuiu para que cada estudante pudesse refletir e ao mesmo tempo agir sobre esse problema que acontece todos os dias.

<https://palmeiradosindios.al.gov.br/entresaberespraticaseacoes/>

Nessa perspectiva, é bom ressaltar que uma semente foi plantada na esperança que em um futuro próximo possamos colher os frutos da sensibilização dos cuidados com os animais. Dessa maneira, sabe-se que muito deve ser feito, pois garantir que cada animal possa ter sua dignidade garantida levará um tempo uma vez que precisamos de mais autores da sociedade envolvidos, tais como: Ministério Público, Lei Municipal que assegure os cuidados com os animais, canis para colocar os que estão nas ruas e envolver a sociedade.

Referências

ALMEIDA, D. F. **Maus-Tratos Contra Animais?** Viro o Bicho! 2010. 178 f. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade Tropical da Universidade Federal do Amapá, Amapá. 2010.

ALEXANDRE, S. M. **A tutela penal e o crime de maus-tratos aos animais.** Paraíba, 2018.

CUNHA, A. O número de perícias em animais aumenta e colabora para elucidação de crimes de maus-tratos. Agência Pará, 2023. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/42574/numero-de-pericias-em-animais-aumenta-ecolabora-para-elucidacao-de-crimes-de-maus-tratos>. Acesso em: 02/06/2024.

GOMES, N. S. C. Ética e Dignidade Animal: Uma Abordagem da Constituição Brasileira, da Lei de Crimes Contra a Natureza e do Decreto de Proteção aos Animais Sob a Ótica da Declaração Universal dos Direitos dos Animais. In: XIX Encontro Nacional do CONPEDI. Junho, 2010, Fortaleza. Fundação Boiteux, 2010.

SILVA, V. S. A importância da proteção dos animais domésticos no ordenamento jurídico. **Revista Ibero-Americana de Humanidades**, Ciências e Educação. São Paulo, v.9.n.11. nov. 2023.

WERNECK, V. R. **Sobre o processo de construção do conhecimento:** o papel do ensino e da pesquisa. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, 14(51), 173-196. 2006.

**Revista Eletrônica da
SEMEDE Palmeira dos Índios**

**ENTRE SABERES,
PRÁTICAS E AÇÕES**

v. 3, n. 1. Fevereiro a julho de 2024

